

MUSEU, CIDADE, IDENTIDADE(S): DESAFIOS METODOLÓGICOS

Dino Giovanni Gozzer Carbonel
Universidade Federal de Uberlândia

ISSN 2316-6479

Resumo

Como fruidores dos artefatos culturais que compõem os diversos espaços públicos e privados, nós, sujeitos e atores sociais - organismos produtores e demarcadores de territorialidades - expressamo-nos na cidade. A democratização patrimonial envolve diversas questões, como a relação estabelecida entre fruidor e artefato(s) e a socialização de meios mais eficazes para ressignificar os elementos culturais urbanos. Enfatizamos, no entanto, a individualização fruidor/visitante. A coexistência múltipla de identidades urbanas desafia metodologicamente a História da Arte. Qual a ação socializante dos artefatos culturais na cidade? Apoiamos nossa discussão nos pensamentos e escritos de Gilberto Velho, Marc Augé e Michel de Certeau.

Palavras chave: Cidade, Cultura, Museologia.

Abstract

As enjoyers of cultural articles which compose private and public spaces, we are considered as social actors - people who product and demarcate territories. City is the space where we can express ourselves. The democratization of patrimony evolves several questions: the relation between the enjoyer and articles and the socialization of more effective ways of re-signify urban cultural elements. However, here we emphasize the individualization the character enjoyer/visitor. The co-existence of urban identities has defied, methodologically, History of Art. How can cultural articles act in the city, considering the socialization of their use by citizens? Our discussion is based on Gilberto Velho, Marc Augé and Michel de Certeau's writings.

Keywords: City, Culture, Museology.

Neste texto discutimos questões relativas à democratização patrimonial no âmbito urbano. Enfatizamos a importância do processo de individualização social, não só para a construção simbólica dos elementos patrimoniais, mas também, para a sua conseqüente socialização. Para tal objetivo, apoiamos a discussão nos pensamentos de Gilberto Velho, Marc Augé e Michel de Certeau.

O "Museu Municipal de Uberlândia" e os mecanismos de divulgação utilizados durante as diferentes exposições aqui realizadas, apresentaram-se, inicialmente, como material de análise a partir do qual foi possível obter subsídios para entender e repensar os parâmetros museográficos, culturais e patrimoniais que direcionam as políticas de democratização do patrimônio local.

Quando falamos de patrimônio ou cultura material, referimo-nos à produção de artefatos, obras de arte e documentos históricos, fruto do trabalho coletivo e das experiências individuais de nossa coletividade. Uma produção em permanente

transformação, por isso, imbuído de constantes re-significações do seu valor simbólico, valor que somente pode ser atingido a partir da interação física, do contato direto, sensitivo e efetivo com ditos artefatos. Daí, facilitar o acesso às peças museais supõe ser uma atitude democrática que fortalece o vínculo e a identidade no processo de construção da nossa própria história.

Em relação ao “Museu Municipal de Uberlândia”, as dificuldades orçamentárias comprometeram as estruturas internas do seu funcionamento. As atividades referentes à divulgação da programação do Museu eram práticas insuficientes ou quase inexistentes dentro da instituição. Essa situação respondia, entre outras razões, à inexistência de um setor interno responsável pela programação, comunicação e marketing das atividades culturais propostas por ele. O Museu não contava com o trabalho efetivo de um profissional na área de comunicação. Aliava-se à carência de um profissional, a baixa verba que a Prefeitura Municipal destinava para a instituição. Assim, os convites, catálogos e cartazes das exposições eram confeccionados intuitivamente, sem critérios técnicos de apelo visual e não seduziam os olhares dos possíveis visitantes.

Os convites eram enviados por meio da mala direta do Museu e nela eram contempladas poucas instituições representativas das organizações e dos movimentos populares; associações de bairro, então, eram quase impossíveis de serem encontradas nesta seleção.

Nas agendas culturais, confeccionadas e distribuídas mensalmente pela Secretaria Municipal de Cultura, constatamos que as informações oferecidas pela Seção de Protocolo e Documentação careciam de objetividade e precisão, o que refletia a falta de sistematização e organização destes dados. A tiragem de 1000 exemplares distribuída no universo populacional da cidade era extremamente insignificante para se atingir um considerável grau de envolvimento e participação social.

A falta de planejamento na distribuição das agendas era uma constante: 89,4% dos moradores entrevistados não recebiam a programação cultural mensal da cidade. Se o morador desconhecia a programação das atividades, como podia participar delas? Foram, cinco, unicamente, os entrevistados que manifestaram haver visitado o Museu entre 5 e 10 oportunidades. Nenhum morador, mesmo do perímetro urbano, visitou o Museu Municipal em mais de 10 oportunidades. 145 entrevistados, ou seja, 76,3% da amostra, nunca visitaram o “Museu Municipal de Uberlândia”.

É através destes dados que percebemos alguns dos traços elitistas que permeiam o processo de democratização cultural. Durante a prática da fruição dos bens culturais, a grande maioria dos grupos sociais fica à margem do processo.

Com a intenção de superar esta exclusão, pode-se pensar que ampliando as possibilidades de comunicação se consiga envolver uma maior porcentagem da população na fruição dos bens culturais. Mas, será que a expansão comunicativa é suficiente para acrescentar a participação da comunidade? Será que o funcionamento efetivo dos mecanismos de comunicação e interação, que facilite o acesso aos bens patrimoniais, poderá conseguir um maior grau de participação, socialização e envolvimento da população com os bens patrimoniais? Será que os elementos patrimoniais “impositivos”, impostos pelas elites dominantes do sistema, reafirmam o sentimento de identidade da nossa comunidade e estimula-a para a construção da sua própria história?

Talvez seja fundamental pensar que enquanto o cidadão não se veja como agente que constrói a sua própria história, que manifesta a sua identidade, sentindo-se sujeito social que resignifica a realidade a partir de sua individualidade, de seu projeto de vida, de suas ações cotidianas; as possibilidades de socialização e democratização dos bens patrimoniais serão cada vez menores.

Quiçá seja necessário olhar para a individualidade, valorizá-la e percebê-la como o elemento fundamental para a construção do patrimônio coletivo e não “impositivo”. Patrimônio coletivo que só é possível graças à contribuição de cada uma das individualidades que compartilham tradições e demarcam territórios dentro da trama urbana da cidade.

1. **Sociedade complexa contemporânea**

Referindo-se à complexa sociedade Moderna-contemporânea, Gilberto Velho, no livro *Individualismo e Cultura*, afirma que a Revolução Industrial gerou uma sociedade na qual a sua complexidade obedece a uma acentuada divisão social do trabalho e a um surpreendente acréscimo da produção e do consumo, assim como também à configuração de um mercado mundial e ao rápido processo de crescimento urbano nas cidades após o século XVIII. A noção de complexidade carrega um sentido de heterogeneidade cultural o qual deve ser entendido como um fenômeno de coexistência, harmoniosa ou não, da diversidade de tradições. Tradições culturais que têm como origem as esferas do âmbito laboral, étnico ou religioso e que fazem parte de uma história em comum, construída e vivenciada pela maioria dos membros integrantes de um determinado grupo social. Na configuração espacial da cidade contemporânea a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas definem categorias sociais distinguíveis, porém, com continuidade histórica.

Outras transformações da sociedade contemporânea são colocadas por Marc Augé e referem-se às alterações pelas quais perpassam os conceitos de

tempo e de espaço. As sociedades complexas, as metrópoles, as cidades de grande e médio porte, vivenciam um processo de aceleração da história: fatos ocorridos num determinado espaço. Aceleração que modifica a nossa percepção do tempo e do espaço, Marc Augé comenta que a primeira não apenas diz respeito à nossa percepção do tempo, mas também ao uso que fazemos dele, à maneira como dispomos dele. Para Augé, a idéia de progresso, que implicava que o depois pudesse ser explicado em função do antes, enalhou, e acrescenta, se os historiadores, na França principalmente, duvidam hoje da história, não é por razões técnicas ou razões de método, mas porque sentem grandes dificuldades em inserir aí um princípio de identidade. Afirmar que se analisássemos desde outro ponto de vista a questão do tempo, com base na ocorrência banalíssima que podemos ser diariamente levados a estabelecer: a história se acelera.

Apenas temos o tempo de envelhecer um pouco e nosso passado já vira história, nossa história individual pertence à história. [...] A 'aceleração' da história corresponde de fato a uma multiplicação de acontecimentos na maioria das vezes não previstos pelos economistas, historiadores ou sociólogos. Essa superabundância, que só pode ser plenamente apreciada levando-se em conta, por um lado, a superabundância da nossa informação, e, por outro, as interdependências inéditas do que alguns chamam hoje de 'sistema-mundo', (...) denominação da qual a densidade factual das últimas décadas ameaça suprimir todo e qualquer significado. (AUGÉ, 1994, p.31).

Essa necessidade de dar um sentido ao presente, e não ao passado, seria, segundo Augé, o resgate da superabundância factual que corresponde a uma situação por ele denominada de "supermodernidade". Significar o presente torna-se um imperativo fundamental para poder dar conta desta modalidade essencial: o excesso. Nas palavras de Marc Augé:

Cada um de nós tem, ou pensa ter, o emprego desse tempo sobrecarregado de acontecimentos que atravancam tanto o presente quanto o passado próximo. O que, observemos, só pode tornar-nos ainda mais solicitantes de sentido." (AUGÉ, 1994, p.32).

Para Augé, a segunda forma de aceleração - própria do mundo contemporâneo e a segunda figura do excesso característico da supermodernidade; refere-se ao espaço.

Temos a sensação do encurtamento das distâncias. Estamos na era das mudanças de escala. Os meios de transporte rápidos reduzem a poucas horas de viagem a distância entre uma capital e outra. No interior de nossas casas, imagens de toda espécie, transmitidas por satélites, podem dar-nos uma visão instantânea e, muitas vezes, simultânea de um acontecimento a produzir-se ao outro lado do mundo.

2. Lugar antropológico

A heterogeneidade cultural habita os espaços da sociedade contemporânea. Como consequência dos excessos factuais e de informação, o multiculturalismo intensifica-se nos espaços da cidade. As mais distintas práticas culturais: Dança de rua, protestos, pregações, propagandas, *outdoors*, painéis eletrônicos, “rolezinhos”, e até churrascos improvisados ao ar livre; coexistem em diferentes espaços da trama urbana, produzindo mudanças substanciais nas cidades. Nas sociedades complexas, a coexistência de diferentes culturas e de distintas identidades é um fenômeno corrente. Não se trata mais de uma identidade nacional, estadual ou municipal, mas de diferentes identidades coexistindo num mesmo espaço: a cidade. Trata-se de identidades urbanas, lugares sociais construídos, territórios de interação social, lugares antropológicos.

Nas palavras de Augé, Lugar Antropológico é a construção concreta ou simbólica do espaço. Se é construído, é construído por alguém, por um sujeito ativo, por um homem audaz e criativo, um ser que intervém no seu mundo social no intuito de compreendê-lo, um agente social que age no seu entorno natural para suprir e satisfazer necessidades de sua existência, um ator social que para relacionar-se socialmente adota posturas sociais e executa ações em determinados espaços urbanos da cidade, sujeito social que modifica, constrói e vivencia sua própria história.

Para Marc Augé, os Lugares Antropológicos têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem identitários, relacionais e históricos. Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. O lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual que contem o sentimento de pertencimento ao lugar, de propriedade, de hereditariedade não adquirida e sim outorgada instantaneamente no nascimento, é o nosso primeiro patrimônio cultural. Para explicar sobre a característica relacional do Lugar Antropológico, Marc Augé escreve:

Michel de Certeau vê no lugar, qualquer que seja ele, uma ordem na qual elementos são distribuídos em relações de coexistência e, se ele exclui que duas coisas ocupam o mesmo ‘espaço’, admite que cada elemento do lugar esteja ao lado dos outros, num ‘local’ próprio, define o ‘lugar’ como uma ‘configuração instantânea de posições’ (p, 173), o que equivale a dizer que, num mesmo lugar, podem coexistir elementos distintos e singulares, sem dúvida, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum. (AUGÉ, 1994, p.53).

Na cidade, estes elementos do lugar: grupos sociais portadores de tradições e práticas culturais que ocupam posições diferentes uns dos outros, muitas

vezes em territórios distantes, mas freqüentemente interligados numa relação de coexistência; experimentam necessariamente o fenômeno da interação social. Finalmente, o lugar Antropológico é histórico, uma vez que os seus ocupantes podem aí reconhecer alguns marcos que carregam valores simbólicos ativos.

As diferentes práticas culturais dos diversos grupos sociais redefinem, ainda que ocasionalmente e de maneira difusa, a funcionalidade do espaço urbano ocupado. Porém, quando as práticas culturais expressam valores identitários próprios, certos grupos sociais chegam a demarcar territórios específicos, delimitar fronteiras culturais, ou seja, balizar e definir lugares antropológicos na cidade. A cidade contém a interligação e interação de territorialidades sociais, a delimitação ou ausência de fronteiras espaciais, e também, a aderência, interseção ou inserção de mapas culturais.

A cidade funciona como o elemento aglutinador de diferentes territórios urbanos, áreas culturais ou espaços de memória. É, assim, o “Lugar Antropológico” por excelência, onde inúmeros elementos identitários coexistem.

Gilberto Velho afirma que em qualquer sociedade ou cultura é possível distinguir áreas ou domínios culturais com certo grau de especificidade. E considera que esta separação pode ser feita facilmente através de categorias espaciais ou geográficas, sempre que for possível distinguir visualmente um grupo de outro. Porém, aceita que nem sempre isto é possível. Nosso distanciamento espacial pode ser enganador, especialmente no mundo contemporâneo, neste caso, quando os limites não são facilmente determinados através da experiência puramente visual, as fronteiras mais significativas podem estar presentes noutras dimensões e traços como a religião, a identidade étnica ou a ideologia política.

3. O patrimônio e a sua democratização

A respeito da junção entre uma fronteira e outra dentro do lugar antropológico, Gilberto Velho se pergunta: Onde estão a unidade e a descontinuidade destas? Acrescenta, ainda, que apesar de ser possível distinguir entre estas categorias sociais a presença de certos temas em comum: a recorrência de determinados paradigmas culturais bastante significativos; apenas alguns deles são difundidos, e quase sempre através de uma linguagem homogenizadora. Nesse sentido, ele comenta que se tomássemos como referência qualquer sociedade, notaríamos que ela vive uma permanente contradição entre as particularizações das experiências vivenciadas por um reduzido grupo e a universalização de outras experiências que se manifestam por meio de símbolos homogenizadores. Este fenômeno, segundo o autor, seria o problema central do que conhecemos por cultura: o que pode ser comunicado? Como as experiências podem ser

partilhadas? Como a realidade pode ser negociada e quais são os limites para a manipulação de símbolos?

Uma observação superficial sobre as práticas simbólicas dos grupos sociais, materializadas nos Lugares Antropológicos, permite-nos observar que no registro da história e no processo de preservação de elementos patrimoniais valorizaram-se geralmente os “grandes acontecimentos”, os “grandes feitos”, como se estas valorações refletissem a identidade de uma massa uniforme de indivíduos que compartilha um mesmo conjunto de valores universais. A imposição do registro, da preservação e da história das sociedades quase sempre camufla ações coercitivas, muitas vezes prepotentes, mas, sobretudo, influentes e persuasivas dentro do processo de democratização de elementos patrimoniais coletivos que valoriza, principalmente, ações e feitos de algum ilustre membro do poder social dominante.

Este prepotente sistema de registro e preservação de bens patrimoniais é, geralmente, portador de uma simbologia universalizante e homogenizadora que desconsidera a construção coletiva da história. Desconsiderando, assim, não apenas a participação, a contribuição e a individualidade de cada um dos atores sociais, mas também, as suas visões sobre os fatos e, sobretudo, as suas decisões de participar ou não nestes. Não se considera o sujeito histórico, menos ainda, o seu projeto de vida; em suma, ignora-se, quase por completo, a construção individual do universo simbólico.

Observando as classes sociais e os seus universos simbólicos, Gilberto Velho nos coloca a seguinte questão: os indivíduos participam diferencialmente de códigos mais restritos ou mais universalizantes? O autor diz se admitíssemos que através de Bernstein (quem percebe a supremacia simbólica da classe média em relação à classe trabalhadora, argumentando que a expressão cognitiva da primeira é predominante em relação à segunda, devido à maior complexidade da sua linguagem formal) podem ser discutidas as diferenças da constituição de universos simbólicos e da expressão cognitiva nos diferentes grupos sociais. O mais importante para a discussão seria perceber a relação entre emoção e expressão da emoção através de uma linguagem mais ou menos universalizante, de modo a ampliar a discussão sobre como os indivíduos expressam suas emoções e sentimentos através da linguagem verbal.

Gilberto Velho considera que a formação do indivíduo está ligada ao ato da escolha e da opção, muitas vezes em oposição às normas das categorias sociais. A possibilidade de escolha do indivíduo é o ponto de partida para poder pensar e desenvolver um projeto. E neste ponto temos que reconhecer que até nas culturas mais “totalizadoras” ou rigidamente hierarquizadas, existe a

possibilidade de individualização. Apoiando-nos neste autor, podemos pensar que a multiplicidade de instituições na sociedade complexa contemporânea nos possibilita, entre outras, duas alternativas de individualização mais prováveis: a individualização radical, que surge da necessidade de o indivíduo ser obrigado a manipular instituições e “mundos” diferentes e até contraditórios (Simmel, 1967 e Becker, 1977); a outra alternativa, frente à angústia da opção e do desmapeamento é a adoção de alguma “personagem” estereotipada da sociedade contemporânea como a “patricinha”, o “maluco beleza” ou o “intelectual messiânico”.

Mas de qualquer maneira, tanto no primeiro como no segundo caso, o processo de individualização não se faz fora das normas, ainda sendo a liberdade individual muito valorizada. E, é no sentido de melhor entender esta ação social, que estes comportamentos sociais devem ser estudados com mais profundidade. Afinal, o que expressa o desvio enquanto contestação e rejeição dos apelos estratégicos das normas e regras impostas pelos dos grupos sociais dominantes? E, sobretudo, será que a universalização de códigos particulares goza de tanta eficácia no controle do comportamento social?

As denominações de Indivíduo, Individualismo e Projeto de vida, usadas por Gilberto Velho, poderíamos entendê-las como: ator social e sujeito histórico. Ou seja, como agentes sociais e históricos capazes de demarcar, resignificar e reconstruir o seu próprio espaço. A capacidade de resignificação e reconstrução de bens patrimoniais a partir da elaboração de um projeto individual de vida, consequência de uma inerente necessidade de releitura dos códigos universalizantes coercitivos, é um dos aspectos fundamentalmente essenciais para se pensar o processo de democratização cultural.

Ao respeito do espaço urbano e do caminhante, Michel de Certeau observa que, no primeiro, existe uma ordem espacial que organiza a cidade. *Esta ordem oferece, por um lado, um conjunto de possibilidades: um local que é permitido de circular, por exemplo; e por outro lado, um outro conjunto de proibições: um muro que impede prosseguir.* Certeau pensa que, frente a esta situação, o caminhante atualiza algumas destas possibilidades ou proibições.

Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (...) o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro aumenta o número dos possíveis (por exemplo, criando atalhos ou desvios) e o dos interditos (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). (CERTEAU, 1994, p.179).

Nesse sentido, o usuário da cidade, o caminhante, o ator social, opta e seleciona percursos dentro da cidade, dentro do lugar antropológico. O ator social extrai fragmentos do enunciado da cidade e os atualiza individualmente. Michel de Certeau comenta que existe uma retórica da caminhada, a arte de “moldar” frases e tem como equivalente a arte de moldar percursos. Assim como a linguagem ordinária, esta arte combina estilos e usos.

A cidade, lugar antropológico, apresenta elementos urbanos carentes de significação. Certeau afirma que: *dispostas em “constelações” que hierarquizam e ordenam semanticamente a superfície da cidade, as palavras (Borrégo, Botzaris, Bougainville ...) perdem aos poucos o seu valor gravado, como moedas gastas, mas a sua capacidade de significar sobrevive à sua determinação primeira.* Elas tornaram-se terminologias que denotam um ponto de referência espacial na trama urbana, são marcos espaciais, referenciais urbanos de localização, no entanto estão despidas de significação histórica, de uma reminiscência e valorização de acontecimentos produzidos pelos antepassados que construíram a nossa história. Estes elementos urbanos, vazios de sentido, carecem de uma das características fundamentais do Lugar Antropológico: a historicidade.

A Historicidade. (...) ‘A Place de la Concorde não existe – dizia Malaparte – é uma idéia’. Seria necessário multiplicar as comparações para explicar os poderes mágicos de que dispõem os nomes próprios. [...] Ligando gestos e passos, abrindo rumos e direções, essas palavras operam ao mesmo título de um esvaziamento e de um desgaste do seu significado primário. Tornam-se assim espaços liberados, ocupáveis. (...) Nomes que no sentido preciso deixaram de ser ‘próprios’. (CERTEAU, 1994, p.185).

Segundo Spielraum, estas terminologias despidas de significação, muito longe de denotar um vazio, de descrever uma falta, elas criam-no. Dão lugar a um vazio. Deste modo, abrem clareiras e permitem que se faça o “jogo da resignificação” num sistema de lugares definidos. Assim, é autorizada a produção de um espaço em “jogo”, realizado num tabuleiro onde coexistem diversas identidades e onde as fronteiras identitárias interagem em fluxo permanente.

Na sociedade complexa-moderna, Gilberto Velho distingue uma acentuada diversificação e fragmentação de papéis. Pensa que toda elaboração de projeto individual é uma tentativa consciente de dar sentido a toda essa experiência fragmentada da realidade. Realidade fragmentada, que Marc Augé qualifica de acelerada, devido, tanto aos excessos factuais, à multiplicação de acontecimentos, quanto à velocidade da informação, ampliação da percepção dos nossos horizontes espaciais.

Gilberto Velho acrescenta que se fosse reunido o pensamento de Gluckman com Simmel e Writh, ficaria claro que a fragmentação de papéis e a heterogeneidade nas sociedades complexas criariam tipos particulares de atores sociais. Há determinados tipos que, apesar de conviverem numa sociedade complexa, preferem habitar espaços fechados com redes mínimas de relações. A pequena escala das relações facilita a invasão dos espaços dos seus atores, incômodos causados pela proximidade física e sociológica com outros atores sociais de estilos de vida diferentes. Contrastando com este primeiro tipo social está o habitante da grande metrópole que está em contato permanente com experiências éticas e religiosas completamente diferentes. Este tipo está se deslocando permanentemente de um ambiente para outro, num movimento sem fim na experiência social. Em relação a este comportamento, Velho comenta que Simmel teria sugerido a personalidade blasé (Simmel, op. cit.) como adaptação a esse estilo de vida, com toda a marca da alienação e do individualismo. Porém, referindo-se ao mesmo estilo de vida, o próprio Velho afirma:

Aminha hipótese é muito simples e retoma colocações anteriores. Quanto mais exposto estiver o ator social a experiências diversificadas, quanto mais tiver que dar conta de ethos e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de individualidade singular. Por sua vez, a essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá uma mais consistente elaboração de um projeto de vida individual. (VELHO, 1981, p.183).

Assim, a autopercepção da individualidade, favorece a construção consciente de um projeto individual, que será executado por um ator social e pela interpretação dos seus papéis sociais, o que lhe permite, através da sua atuação, modificar e resignificar os valores simbólicos urbanos e os bens patrimoniais do lugar antropológico, do lugar das diversas identidades da cidade contemporânea. Esse processo de resignificação, que parte da necessidade consciente de dar sentido à realidade, cria um maior sentimento de identidade com o elemento resignificado. Surge, assim, uma identidade fortalecida que pode nos ajudar a propor um processo de democratização cultural mais igualitário.

Ainda continuamos vivenciando omissões ou ações sociais sobre a cidade. Quando omissas, revelam o descaso e a desesperança de certos comportamentos individuais quase sempre conservadores e mantenedores das regras políticas e urbanas em jogo. Porém, quando ativas, estas iniciativas pessoais se traduzem em práticas sociais sobre o espaço urbano, ações transgressoras, transformadoras e propositoras de outra ordem, de novos imaginários.

... as práticas do espaço desenvolvem a seguir os seus efeitos, prolifera, inunda os espaços privados e públicos, desfaz as suas superfícies legíveis e cria na cidade planejada uma cidade 'metafórica' ou em deslocamento, tal como a sonhava Kandinsky: 'uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia os cálculos'. (CERTEAU, 1994, p.191).

Diante do cada vez mais intenso processo de individualização social, da coexistência múltipla de identidades urbanas; continuamos nos perguntando: quais são as políticas culturais a serem adotadas, mas, sobretudo, quais as possíveis saídas para a História da Arte na efetiva democratização patrimonial?

BIBLIOGRAFIA

AUGÉ, Marc. *Não Lugares*: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. V.1 Petrópolis: Vozes, 1994.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. In: ARANTES, Antônio A. (org). *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Cidadania. nº 24, 1996. 304p. p.242-253.

LE MOS, Carlos A. *O Que É Patrimônio Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SECRETARIA Municipal de Cultura. *De "Museu de Ofícios" à Museu Municipal*. Uberlândia: SMC, s./d., s./p. (apostila).

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Minicurrículo

Dino Giovanni Gozzer Carbonel, Mestre em História e Cultura pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia; Graduado em Artes Plásticas pelo Departamento de Artes Plásticas da Universidade Federal de Uberlândia.